

Extensão Universitária e Formação Inicial Docente nos Cursos de Licenciatura da UNEB Campus IV – Jacobina (BA)

Gerlane Lima Silva Dourado ¹
Juliana Cristina Salvadori ²

RESUMO

A presente pesquisa intitulada Extensão Universitária e Formação Inicial Docente nos Cursos de Licenciatura da UNEB Campus IV – Jacobina (BA), discutindo acerca da necessidade da curricularização, proposta pela estratégias 7.12 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.º 13.005/2014, que prevê que no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação devem ser integralizados com ações extensionistas. O objetivo principal é compreender o papel e contribuições da extensão universitária na formação inicial de professores para as diversidades nos cursos de licenciatura do DCH IV, sendo elencados como objetivos específicos: analisar a/as concepções de extensão universitária adotadas pela comunidade do DCH Campus IV; compreender como a Extensão Universitária articulada às ações de ensino e pesquisa tem dado sentindo a Formação Docente nos cursos de licenciatura; mapear as ações extensionistas desenvolvidas pela comunidade acadêmica do DCH IV de 2008 a 2018 e elaborar documento referencial para a implementação da curricularização. Trata-se de uma pesquisa aplicada, ancorada no Materialismo Histórico Dialético e Teoria Crítica. A pesquisa está alicerçada pelo método pesquisa-ação, com abordagem qualitativa, de finalidade intervencionista. O corpus para a Análise de Conteúdo a ser realizada compreenderá os dispositivos de produção de dados: levantamento bibliográfico, levantamento documental, entrevista semiestruturada, círculos de cultura e diário de bordo, utilizando-se da Análise de Conteúdo como procedimento de análise. Como resultados esperados, pretendemos, a partir das problematizações sobre diferentes concepções de extensão, tematização acerca da indissociabilidade, interdisciplinaridade, interprofissionalidade, bem como a articulação entre teoria e prática, subsidiar a elaboração do Documento Referencial, como Trabalho Final e produto de pesquisa, que auxiliará na implementação da curricularização nos cursos de licenciatura entendendo a extensão como lócus de ensino, de formação docente e de pesquisa.

Palavras-chave: Curricularização. Extensão Universitária. Formação Inicial Docente. Educação popular.

INTRODUÇÃO

A pesquisa Extensão Universitária e Formação Inicial Docente nos Cursos de Licenciatura da UNEB Campus IV – Jacobina (BA) intencionalmente emerge a fim de provocar ponderações acerca dos modelos de Universidade e de formação que vimos concebendo como

¹ Graduanda do Curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) - Universidade Estadual da Bahia - UNEB, gldourado@uneb.br;

² Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, jsalvadori@uneb.br.

espaço heterogêneo e popular. Partindo desse pressuposto, nos propomos a dialogar sobre o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, nos debruçando a investigar a/as concepção/ões que se tem de Extensão Universitária.

Norteadas no sentido de tensionar a implementação da Curricularização da Extensão Universitária, que se encontra em vias de acontecimento, buscamos responder com essa investigação, o seguinte questionamento: qual o papel da Extensão Universitária na formação de inicial docente para as diversidades nos cursos de licenciatura da UNEB DCH Campus IV? Deste modo, intentamos compreender as potencialidades da extensão visando superar fragilidades que por ventura exista nesse processo.

A nossa discussão sobre universidade traz um desafio ainda maior de discutir esse território político conflituoso que é a universidade enquanto campo de educação, que é retratar a configuração da UNEB, localizada no Nordeste Brasileiro, universidade multicampi do Estado baiano, presente em Territórios de Identidade mais diversos, com especificidades e singulares próprias, dentro de uma mesma instituição. Para esse enfoque caracterizaremos a universidade multicampi à luz de Fialho (2005).

Desse campo diverso que é o universo acadêmico, nos propomos a investigar o papel da extensão universitária na formação inicial de professores nos cursos de licenciatura do DCH Campus IV, compreendendo assim, como se dão os processos formativos e construção de saberes a partir da dimensão Extensão. Assim, temos delimitado como lócus investigativo, o Departamento de Ciências Humanas, campus IV, da cidade de Jacobina (BA).

Propomo-nos com este estudo um movimento de descoberta e redescoberta do ambiente no qual estamos imersos no dia-a-dia. A leitura que faremos sobre a efetividade do da extensão na formação inicial docente parte da análise dos princípios que norteiam a instituição, nos indagando até que ponto esses princípios informam nossas práticas, e refletindo sobre a educação que temos e a educação que precisamos.

As análises sobre as dimensões do ensino superior se incorporam através da formação inicial docente e extensão, esta última enquanto objeto da pesquisa, assumimos a responsabilidade de tratar esse complexo considerando o tempo-espaço que envolve as transformações sociais e suas influências e intencionalidades que marcam a educação e a formação docente.

O princípio da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, surge com a Constituição Federal de 1988, pressupondo um viés dialógico da Universidade com a sociedade, mas ao que parece, apesar de um século passado, o reconhecimento da Extensão Universitária enquanto atividade necessária no âmbito acadêmico, acaba por se perder, talvez

ainda com o ranço de um passado elitista, ou quiçá, sua autoafirmação de instituição excludente com a concepção de extensão diferente.

Nesse sentido, por um viés de educação contextualizada, participativa e inclusiva que este trabalho também se insere. Assim, buscamos responder questões em outras fases deste percurso, que se darão durante a pesquisa de campo, a intervenção e elaboração do produto de pesquisa, objetivando: Analisar a/as concepções de extensão universitária adotadas pela comunidade do DCH Campus IV; Compreender como a Extensão Universitária articulada às ações de ensino e pesquisa tem dando sentido a Formação docente nos cursos de licenciatura; Mapear as ações extensionistas desenvolvidas pela comunidade acadêmica do DCH IV de 2008 a 2018, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores e plano nacional de extensão universitária; Construir junto à comunidade acadêmica, egressos, e comunidade, pautas para a Curricularização.

Nesta pesquisa aplicada usamos a metodologia Pesquisa-Ação, por entender ser a mais viável para a construção dialógica e interativa que aqui propomos quando nos desafiamos juntos com os participantes da investigação, possibilitar a voz e vez de forma equânime, já que se trata de um processo que envolve uma comunidade, neste caso, a comunidade acadêmica. Embora o lócus da pesquisa se dê no DCH Campus IV da UNEB, além da sua comunidade composta por técnicos, docentes e discentes, entendendo que na pesquisa-ação consideramos que todos os sujeitos envolvidos na ação contribuem com a construção da pesquisa e são fundamentais para a obtenção do resultado.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está ancorada nos pressupostos epistemológicos da teoria crítica, considerando como importante esta condução para traçar a discussão sobre os aspectos culturais da sociedade e da arena educacional que envolvem o ensino e a formação de nível superior para atuação docente. A teoria crítica é, para Creswell (2014, p. 37-45), classificada como um paradigma pós-moderno, juntamente com o pragmatismo, as teorias feministas, teoria racial crítica, teoria queer e teoria da deficiência, pois possibilita um novo modo de ler o mundo, partindo de conceitos e valores, aspectos desconsiderados por outros paradigmas.

De acordo com Adorno (2008, p. 11), “a função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isto se dá, revelando as raízes deste movimento – que não são acidentais – e descobrindo as condições para interferir em seu rumo”. Como teoria, ela faz objeção ao paradigma positivista e crítica ao capitalismo e pensamento universal, se opondo e

questionando o controle imposto pela cultura dominante, hegemônica. O pensamento que ela defende ultrapassa também o paradigma marxista da discussão economicista e evoca uma nova ordem voltada para questões filosóficas, sociais, estéticas, políticas e culturais que, a partir de um viés transformativo, ressignificação histórica e culturalmente a diversidade daqueles subjogado pela condição de classe social, gênero, etnia.

No campo da educação, a teoria crítica se revela através de pressupostos que questionam a postura ideológica presente e naturalmente aceitas nas práticas de profissionais, nas instituições escolares e na sociedade para uma formação cultural e social padrão com base em uma história construída. Ela refuta a estrutura da sociedade racionalista e o poder ideológico da indústria, se colocando criticamente ao processo de construção das escolas, da formação de professores, da aplicação de currículos, atrelados aos mesmos ditames sociais tendencialmente inclinados para a alienação social. Assim, fundamenta investigações que, num processo de autorreflexão crítica, culminam na democratização do saber, conferindo aos processos formativos caráter emancipatório, pautados no coletivo e no contra hegemônico, projetando na educação a visão para formação política e emancipatória.

Buscando coerência teórico-metodológica que dê consistência à abordagem de análise da pesquisa, optamos pelo paradigma qualitativo por reconhecermos a ampla possibilidade de tratamentos e análises que podem ser dados aos fenômenos e a complexidade que envolve o recorte desta pesquisa tendo como objeto a educação, a extensão universitária e a formação inicial docente. Entendendo assim, nos apropriamos da definição de abordagem qualitativa de Creswell (2014, p.48), que a descreve de forma poética e didática. O conceito nos inspira e instiga a conhecer as tramas que envolvem o objeto de investigação:

[...] um tecido intricado composto de minúsculos fios, muitas cores, diferentes texturas e várias misturas de material. Este tecido não é explicado com facilidade ou de forma simples. Como o tear em que o tecido é produzido, os pressupostos gerais e as estruturas interpretativas sustentam a pesquisa qualitativa.

Essa definição não transmite simplicidade no desenvolvimento do processo de investigação; ao contrário, destaca as práticas artesanais das interpretações que consideram circunstâncias, sujeitos e contextos, lhe dando ainda com as atribuições que são percebidas pelos pesquisadores.

Segundo Gatti (2007, p. 5-6) a abordagem qualitativa em educação, no Brasil, surge sob influências inglesas, escocesas, australianas, norte-americanas e mexicana a partir de 1978. Nasce a partir dos estudos desenvolvidos na área de avaliação de programas e currículos e de

novas perspectivas para a sala de aula, discutindo métodos avaliativos não-convencionais como alternativa ao paradigma quantitativista vigente, que não respondiam a questões sociais, culturais e institucionais particular de cada situação investigada. Essa vertente de investigação traz para a avaliação de programas a perspectiva responsiva aos fenômenos; já para os estudos de sala de aula é dada a alternativa da abordagem antropológica, antes restrita a sistemas de observação que desconsiderava contextos espaciais e temporais, atendo-se ao que podia ser mensurado a partir de categorias pré-estabelecidas.

A pesquisa-ação, assim como a extensão, nosso objeto de pesquisa, também demorou a ser reconhecida pelas potencialidades formativas, provocando resistências devido a crença dos adeptos das metodologias convencionais, justamente por acreditar que a aproximação entre pesquisador e participante, entre saberes acadêmicos e populares, comprometeria a exigência e rigor do processo formativo.

A metodologia da pesquisa-ação se origina a partir de pesquisa de campo, em contexto de pós-guerra, desenvolvidas por Kurt Lewin em suas atividades junto ao governo norte-americano, e tinha como intuito promover mudanças de hábitos alimentares da população e mudança de atitude dos americanos frente às minorias étnicas desfavorecidas. De acordo com Franco (2005, p. 484), esse trabalho realizado por Lewin

Pautava-se por um conjunto de valores como: a construção de relações democráticas; a participação dos sujeitos; o reconhecimento de direitos individuais, culturais e étnicos das minorias; a tolerância a opiniões divergentes; e ainda a consideração de que os sujeitos mudam mais facilmente quando impelidos por decisões grupais.

Percebemos assim que desde a sua origem a pesquisa-ação é orientada para finalidades científicas, mas voltada em seus objetivos para a transformação social.

Ambas, extensão universitária e pesquisa-ação, tema e metodologia desta pesquisa, contrariam a concepção de conhecimento, formação universitária e investigação científica tradicionalmente concebida como modo de produção de conhecimento, e propõem uma perspectiva popular e emancipatória, oportunizando o protagonizando e interação com os sujeitos e comprometimento com questões sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA

Definimos as categorias teóricas Extensão Universitária, Formação Inicial Docente e Curricularização a partir dos referenciais teóricos e legais/normativos, conceitualizando,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

historicizando e contextualizando estes temas com as situações que circundam o processo educativo no lócus pesquisado. Emerge assim o conceito de Educação como fundadores dos princípios que dão origem às categorias principais deste trabalho e Educação Popular como desdobramento da educação e que dialoga com a extensão universitária e o método pesquisa-ação. Já os conceitos de Universidade Pública e a sua função, darão base à discussão sobre formação em nível superior e profissionalização docente.

Tencionaremos no capítulo de referencial teórico as informações produzidas com a Revisão Sistemática de Literatura que compõe o capítulo anterior. Desta forma, traremos o debate não apenas em relação ao reconhecimento da extensão como lugar de formação, mas, inclusive, como objeto de estudo no que tange a formação inicial docente, considerando que a Extensão compõe a dimensão sistêmica da tríade indissociável ensino-pesquisa-extensão, responsável inclusive para garantir a natureza da instituição de ensino que lhe confere o status universidade.

As discussões teóricas aqui abordadas serão orientadas pelo conceito de Ecologia de Saberes, presentes no trabalho não apenas como tematização do conceito, mas, como tensionamentos que atravessam todo o corpus, deslocando as centralidades do conhecimento. Compreendemos com este princípio de que são diversos os saberes; estes derivam de diferentes realidades; e são base para a existência de novo saber.

Temos, além dos documentos legais e orientadores, como arcabouço teórico que fundamentará a pesquisa: Paulo Freire (1983), Boaventura de Sousa Santos (2007, 2011) Moacir Gadotti (2012), dentre outros, defendem a educação na perspectiva social, cidadã e comunitária.

Para Gatti (2010), a formação de professores deve considerar basicamente quatro aspectos: o da legislação relativa a essa formação; as características socioeducativas dos licenciandos; as características dos cursos formadores de professores; os currículos e ementas dos cursos de licenciatura e pedagogia. A partir desse reconhecimento indicado pela autora, fazemos aqui uma inter-relação com a Extensão Universitária e qual a sua importância no processo formativo, analisando como a mesma está disposta nas legislações para a formação dos professores; quais são as condições oferecidas no ensino superior que considera as características dos licenciandos, e como a extensão aparece na base curricular dos cursos.

Extensão e curricularização

A extensão universitária tem seus primeiros indícios nas universidades brasileira na década de 1950, com princípios de cunho social por influência dos movimentos sociais e

participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) que abordavam pautas político-ideológica, mas sendo desarticulada em 1964 no período do golpe civil-militar de 1964. Ressurge em 1968, através da Reforma Universitária, mas com caráter limitado, ainda no formato de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade. No entanto, já era endossada por organizações não governamentais e movimentos sociais que a associavam à perspectiva da Educação Popular.

Apenas em 1987, após Reforma Universitária e mobilização social, as discussões acerca da Extensão Universitária avançam, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), antigo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e em 1988 ela é incorporada à Constituição Federal de 1988, já com o caráter indissociável entre ensino-pesquisa-extensão, e, posteriormente é introduzida à LDB n.º 9394/1996, prevista em seu art. 43, como finalidade indispensável à Universidade.

Apesar de não ser um movimento novo, a extensão universitária, esteve por muito tempo em lugar secundário na universidade, havendo certa resistência em definir concepções e práticas que atendessem a sua natureza. Sua ressignificação começa a ganhar corpo institucionalmente a partir da constituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), e de forma mais abrangente no âmbito acadêmico a partir das exigências de curricularização propostas pelo Plano Nacional de Extensão (PNE) 2001-2010 e posteriormente pelo PNE 2014-2024.

Por décadas se sustentaram concepções equivocadas acerca da extensão, devido a discussão ainda incipiente e sem participação popular, e comum a própria história da educação no Brasil. Inicialmente a extensão as ações extensionistas tinham caráter assistencialista, no qual a universidade, enquanto organismo público, tinha a responsabilidade de dar um retorno à sociedade e assim o era feito através de oferta de cursos, resultados de pesquisa, e ainda para um público com um grau de instrução já elevado como consultoria de serviços. Havia nesse modelo uma relação verticalizada, no qual os intelectuais da academia transmitiam o seu conhecimento para a comunidade, não havendo reconhecimento do saber e da cultura popular. Posteriormente, amplia-se a diversidade de ações e público, abrangendo a cursos e prestação de serviços que na verdade acabava por suprir a demanda do sistema capitalista e mercantil, baseados em pressupostos que não expressavam cunho social, formativo ou político, mais tecnicista.

A reinvenção da extensão nos anos de 1990, a partir do paradigma popular, abre espaço para construção de novas relações entre ensino e pesquisa, no âmbito da formação acadêmica, a partir de ações extensionistas e da capacidade de transitar por diferentes áreas de

conhecimento, espaços formativos de educação escolar e não escolar, e a formação de parcerias com organismos públicos e não governamentais. Essa fluidez característica da extensão universitária, em relação aos outros elementos da tríade, tem na sua mobilidade o potencial de fomentar estratégias e metodologias para além do currículo formal, mais engessado, aproximando-se do contexto dos alunos e professores e atendendo demandas locais nas quais as instituições de ensino estão alocadas. Vimos, neste sentido, a importância da curricularização da extensão como desafio das universidades em ressignificar seu sistema de ensino com resquícios: 1. da formação clerical e colonizadora, que constituiu historicamente a universidade; e 2. do modelo de formação acadêmica com finalidade de técnica de atender ao mercado de trabalho, sem promoção de formação cidadã, defendida na pauta de universalização da extensão; considerando-a um “processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e, indispensável à formação cidadã”. (FORPROEX, 2012, p. 9).

A curricularização é uma das estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.º 13.005/2014, propondo a integralização de, “no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação através em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” BRASIL (2014, p. 9) em áreas de pertinência social o que, no nosso entendimento, busca garantir a formação acadêmica aliada ao fortalecimento da universidade através da reconexão universidade/sociedade.

A extensão universitária, categoria chave da pesquisa, tem inspirado estudos e interesses que corroboram por favorecer este movimento que tem crescido consideravelmente a partir da proposta de curricularização do Plano Nacional de Educação (PNE), que assinala o conceito formulado pelo Política Nacional de Extensão Universitária

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 2012, p15).

Ela traduz não apenas a necessidade da sua efetivação, mas aponta, quiçá, meios que as universidades já dispõem e, se bem aproveitada e melhor explorada, pode se tornar uma alternativa para melhoria da qualidade das formações iniciais nos cursos de licenciatura.

A política de extensão pode ser concebida como possibilidade dentro desse contexto, considerando que um dos problemas do processo de formação de professores é a falta de política pública para uma formação educacional efetiva frente às realidades locais. Cabe às instituições formadoras buscar emancipação político social na formação de professores, ainda muito afastada da profissão docente, das suas rotinas e culturas profissionais. Nóvoa afirma ainda que há excesso de discussões, muitas produções teóricas redundantes e pouca ação efetivamente prática. Ele aponta como alternativa a formação de professores dentro da profissão.

Entretanto, não devemos romantizar o desenvolvimento das ações extensionistas como solução imediata para a qualidade da formação dos profissionais em educação. Devemos compreender, primeiro, as suas dimensões nesse contexto e reconhecer, como afirma FORPROEX (2012), que o fortalecimento da extensão depende do seu financiamento de modo a garantir maior estabilidade, solidez e transparência nas ações bem como garantir a sua focalização em áreas prioritárias. Diz ainda que para esse fortalecimento é necessário “torna-la parte do pensar e do fazer cotidiano da vida acadêmica”.

A característica interdisciplinar envolta na extensão universitária a coloca no centro das discussões sobre os aspectos teórico-práticos dos cursos de licenciatura evocando provocações sobre onde cabem os debates sobre as diversidades e a interculturalidade e problemáticas relacionadas à elas que provocam conflitos. Nesta perspectiva, o atendimento educacional deve preconizar a inclusão de todas e para todas ela, reconhecendo as diferentes identidades presentes no contexto educacional, a fim de diminuir a tendência excludente, isto é, na perspectiva de amenizar os preconceitos, discriminações, hipervalorização de determinados grupos sociais e invisibilização de outros.

O reconhecimento da função educativa e social da extensão é recente. Cabe-nos refletir sobre como a instituição pode fomentar espaço de socialização de conhecimento de forma horizontalizada e ajudar a sistematizar esse conhecimento e articular redes que promovam o fortalecimento de grupos sociais e de estudantes, concebendo assim que a educação popular nasce fora do espaço escolar e constrói sua base emancipatória com o espaço escolar e acadêmico para intervir na realidade social.

CONSIDERAÇÕES

A luta por uma educação emancipatória na Universidade, que nasce a partir de projeto político de classes sociais dominantes para formação de elite, está ameaçada na atual conjuntura brasileira quando consideramos: o projeto (ou falta de) político e cultural do atual presidente, eleito com base em discurso da violência e da intolerância; as atuais diretrizes do Ministério de educação e cultura (MEC), que tem a sua frente o economista Abraham Weintraub a capitanear corte de 30% de verbas das universidades federais, o que afeta diretamente as atividades acadêmicas, fora o corte das verbas para educação básica, e sua franca relação com o setor da educação privada; na Bahia, a greve docente deflagrada em abril, com duração de mais de 60 dias, e pautando a destinação de 7% da Receita Líquida de Imposto para o orçamento das universidades e reposição do orçamento contingenciado entre 2017-2018, deixando de aplicar 110 milhões nas universidades (de acordo com o comando de greve na UNEB as restrições atingem manutenção, custeio de terceirizados, desenvolvimento de pesquisa e atividades de extensão, afetando cerca de 60 mil estudantes).

Ao discutir a problemática da pesquisa que centra-se na exigência da curricularização da extensão nos currículos dos cursos de graduação, não podemos deixar de considerar que quaisquer ação que não levem em conta a participação social, pois, certamente esta não se caracterizará como o modelo de extensão defendido por Paulo Freire, pautado no diálogo social, e na transformação intermediada por teóricos e pelos olhares e vozes populares para reconhecer os problemas e apontar possíveis soluções e meios para intervenção na realidade social. Logo, a implementação de uma proposta de curricularização da extensão levando em conta o modelo de extensão aqui endossado só pode se dar de forma participativa, como ato de resistência e luta pela democracia e por políticas educacionais inclusivas que garantam educação como direito social de todos.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Regimento Geral**. Resolução Consu N.º 864/2011. Universidade do Estrado da Bahia (UNEB). Salvador: BAHIA, 2012.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP nº 02/2015: Diretrizes Nacionais Curriculares para A Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério e da Educação Básica. Aprovado em 09/06/2015. Publicado no DOU em 25/06/2015.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2001c. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>>. Acesso em: 20 de jan.de 2017

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014 - 2024. Lei N.º 13.005/2014.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases-Lei nº 9394/96.** De 20 de dezembro de 1996. 8ed. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 de jan. de 2017

BRASIL EM SÍNTESE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/panorama>>. Acesso em 13 de abril 2019.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 42-62.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante.** Carlos Rodrigues Brandão (org.).-- São Paulo: Brasiliense, 1999. Vários autores da 3. ed. de 1987.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes 3 ed. - Porto Alegre: 2010.

DIONNE, Hugues. **A Pesquisa-Ação para o desenvolvimento local.** Tradução Michel Thiollent Série pesquisa v.16. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Manaus: AM, 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum, p. 10-32. Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

GARCIA, Berenice Rocha Zabbot: **A Contribuição da Extensão Universitária para a Formação Docente.** São Paulo 2012. Tese (Programa de Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GATTI, Bernadete. **Formação de Professores no Brasil: características e problemas.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.- dez. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/default.asp>. Acessado em Março de 2011.

LAGE, Allene; SANTOS, Émerson (org.). **Escritos sobre a educação a partir de uma perspectiva latino-americana**. Ed. Cia do e-book.

MUNANGA, Kabelenge. Teoria Social E Relações Raciais No Brasil Contemporâneo. Cadernos Penesb, Niteroi, n.12, 169-203, 2010.

NÓVOA, Antônio. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009. [[Links](#)]

PÉREZ GÓMEZ, Angel. **O pensamento prático do professor**. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PERUZZO, Círcia M.Krohling. **Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXV Encontro Anual da Compós. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016.

THIOLLENT, Michel. **Notas para o debate sobre pesquisa-ação**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Metodologia da Pesquisa na prática extensionista**. IV Seminário de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal: 2008.

_____. **Metodologia participativa e Pesquisa-ação em extensão universitária**. II Mostra de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade de Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Belo Horizonte – MG, 2017. Disponível em http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20170529143606.pdf, acesso em 28 de março de 2019.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?

SANTOS, Boaventura de Souza: **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória**. SP: Exposição realizado no Seminário: “Estudos Territoriais de desigualdades sociais”, 16 e 17 de maio de 2001. (mimeo).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes NOVOS ESTUDOS 79 II NOVEMBRO 2007